

**PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE POLÍTICAS DE FORMAÇÃO  
DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: 2010 A 2014**

Dayvyd Lavaniery Marques de Medeiros  
Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares

---

**RESUMO**

A Educação Profissional tem recebido atenção por parte dos estudiosos da área da educação, entretanto, esse campo ainda carece de maior incidência de pesquisas para que possa ser melhor entendido e que, sobre ele, apliquem-se iniciativas mais plausíveis de formação profissional. Entendemos que para que haja uma prática efetiva de uma formação profissional emancipadora, que forme sujeitos autônomos e atores em suas realidades, é necessário que os docentes tenham consciência de seu papel nesse processo. Então, neste artigo, temos como objetivo mapear os estudos que incidem sobre essa temática e dos conhecimentos produzidos na área da educação profissional entre os anos de 2010 a 2014, considerando os seguintes descritores: Formação de Professores e políticas de formação de professores para a Educação Profissional e Iniciação à docência no PIBID. Utilizando os seguintes repositórios de produção de conhecimento no Brasil: Banco de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). As análises são de relevância para a construção do Estado da Arte desse tema e integrarão, por sua possível relevância, o primeiro capítulo da dissertação de mestrado, desenvolvida na linha de políticas públicas do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do IFRN. Logo, investigar as Políticas de Formação de Professores para a Educação Profissional é uma iniciativa que contribui muito nessa empreitada.

**Palavras-chave:** Políticas de Formação de Professores. Iniciação a docência. PIBID. Educação Profissional.

## PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: 2010 A 2014

### 1 INTRODUÇÃO

A Educação Profissional em nosso país tem recebido uma atenção especial de pesquisadores e estudiosos que visam a discutir os processos que a envolvem, desde as ofertas de cursos, as políticas de incentivo à sua execução, à formação de professores e sua práxis.

Quando falamos em Educação Profissional no Brasil é impossível não remetermos ao trabalho, nesse campo, desenvolvido pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia espalhados por todo o país. É importante também frisarmos que esses Institutos passaram por transformações para atender às necessidades da formação de profissionais nos últimos 100 anos.

Rapidamente, lembremos que a história do ensino técnico federal no país começou na primeira década do século XX, mais especificamente em 1909, quando foram criadas 19 escolas de Aprendizes e Artífices para atender às necessidades de formação de mão de obra que se apresentava naquele momento. Eram instituições que se destinavam ao ensino profissional e se voltavam prioritariamente à educação das classes mais pobres. Em 1937, foram criados os Liceus Profissionais, em 1949, as Escolas Industriais e Técnicas e, 10 anos depois, as Escolas Técnicas. Todas elas instituições públicas, voltadas ao ensino técnico e profissionalizante.

No final dos anos 70, momento em que o país passava por grandes mudanças econômicas e sociais, as escolas técnicas se transformaram nos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica, os Cefets, que procuravam se adequar às exigências da nova realidade social.

Até o ano de 2002, eram 140 instituições que ofereciam ensino técnico no Brasil. No ano de 2008, o governo federal aprovou a lei 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no país e criou os 38 Institutos Federais que existem em nosso território. Segundo a nova lei, os Cefets, as Escolas Agrotécnicas e as Escolas Técnicas passam a formar os Institutos Federais, instituições de educação especializadas em oferecer educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. As instituições estão presentes em todos os estados da federação, oferecendo ensino médio integrado ao ensino técnico, cursos técnicos, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas e pós-graduação.

Nessa perspectiva, os Institutos Federais, por serem instituições que oferecem formação de nível superior tem sido objeto de muitos estudos relacionados aos cursos superiores voltados para a formação de professores, já que dentre as premissas que envolvem a criação dos institutos federais, constata-se a necessidade de destinar determinados percentuais de vagas para distintas modalidades de ensino. De acordo com a lei 11.892/2008, essas instituições devem destinar, no mínimo, cinquenta por cento das vagas para educação profissional técnica de nível médio e, no mínimo, vinte por cento das vagas para *“cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional”* ( Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, art. 7º, inciso VI, item b.). Dessa forma, assume especial relevância o fato de analisar os múltiplos aspectos que permeiam os cursos de Formação de Professores, visto que este é um dos objetivos primordiais, que envolve a própria concepção dos institutos federais.

É interessante pensarmos ainda que a criação/oferta de cursos de licenciatura nos Institutos Federais está atrelada, também, a políticas educacionais de incentivo a elas que antes eram privilégio apenas das Universidades, instituições de ensino que tinham hegemonia na oferta de cursos de licenciatura em nosso país.

Nessa mesma linha de raciocínio, pensemos também que essas políticas visam ao fortalecimento desses cursos de formação de professores, bem como a permanência dos alunos que neles ingressam, que muitas vezes vêm das classes menos favorecidas de nossa sociedade.

Esse pequeno histórico nos mostra a importância de darmos atenção a esses cursos de licenciatura oferecidos pelos Institutos Federais e, ainda, percebermos que para o seu funcionamento, o incentivo/ apoio aos alunos que neles ingressam é de fundamental importância. Pensando nisso, o Governo Federal, a partir do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), implantado pela Capes em 2007, nas instituições de Ensino Superior com a finalidade de incentivar e valorizar a formação inicial de professores e melhorar o ensino da educação básica contribuiu para o fortalecimento da formação docente nos Institutos Federais.

Neste temos como objetivo mapear os estudos que incidem sobre essa temática e dos conhecimentos produzidos na área da educação profissional entre os anos de 2000 a 2014, considerando os seguintes descritores: Políticas de formação de Professores e políticas de formação de professores para a Educação Profissional e Iniciação à docência no PIBID. Utilizando o Banco de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) como fonte de produção de conhecimento sobre o tema.

As análises são de relevância para a construção do Estado da Arte desse tema e integrarão, por sua possível relevância, o primeiro capítulo da dissertação de mestrado, desenvolvida na linha de políticas públicas do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do IFRN. Logo, investigar as Políticas de Formação de Professores para a Educação Profissional é uma iniciativa que contribui muito nessa empreitada.

## 2 MÉTODO DE PESQUISA

Para realizarmos a pesquisa que resultou na produção deste artigo, nos detemos na busca de referentes à produção do conhecimento na área de políticas de formação de professores para a Educação e utilizamos como canal para isso o banco de teses e dissertações do Portal Capes. Para contextualização temporal definimos o período que vai de 2000 a 2014, tendo como data limite aquela em que a pesquisa foi realizada.

Como os repositórios digitais apresentam um acervo significativo de produção científica, nos ativemos a fazer um levantamento que privilegiou apenas os meios eletrônicos, especificamente, demos atenção aos dados fornecidos pelo portal CAPES, por entender sua importância e relevância para a produção científica em nosso país, bem como, pela pluralidade de áreas e temas disponíveis nesse repositório.

Com intuito de sistematizar a análise dos dados coletados no repositório analisado em primeiro lugar fizemos uma leitura explorativa dos resumos das dissertações e teses disponíveis e depois organizamos os dados fazendo uma relação entre a questão de estudo e o objetivo proposto. Em seguida fizemos um levantamento das linhas de pesquisa a que esses estudos estão filiados, identificamos quem são os orientadores/pesquisadores envolvidos nessa produção e, por fim, a que Instituições de Ensino Superior eles estão vinculados.

Esperamos que as respostas obtidas nessa pesquisa informem como o problema proposto por nós ocorre a partir da observação, registro, análise, classificação e interpretação dos fatos sem que interferamos sobre eles. Estudaremos os fenômenos, mas não será nossa intenção manipulá-los.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No Brasil, muito tem se discutido sobre a educação profissional e seus desdobramentos e pesquisar e aprofundar-se na educação profissional com ênfase nas políticas que permeiam a sua construção é trazer para o cenário uma contribuição importante.

Nesse contexto, os cursos de licenciatura não gozam de tantos privilégios no âmbito das políticas das instituições que os oferecem e, raramente, merecem a atenção de projetos. Entre professores e alunos do ensino superior, por exemplo, há uma tendência em se menosprezar as questões do ensino, aquelas afetas à formação profissional do magistério e as políticas públicas que as permeiam.

Tendo em vista esse contexto, debruçamo-nos sobre a pesquisa em campo no banco de teses e dissertações do Portal Capes e apresentamos a partir de agora os dados coletados, bem como as suas análises.

Foram encontrados um total de 16 (dezesseis) trabalhos, sendo 15 (quinze) oriundos da pesquisa a partir do descritor Políticas de Formação de Professores/ Iniciação à Docência no PIBID e 1 (um) a partir do descritor Formação de Professores/ Política de Formação de Professores para a Educação profissional, sendo que para está ultimo foi usado o elemento nomeado nesse tipo de pesquisa como trucagem que consiste na colocação de aspas no descritor. Abaixo apresentamos um quadro sinóptico dos resultados:

**Quadro 1** – Produções Banco de Teses e Dissertações Capes (2010 – 2014)

Assunto	Dissertações em programas de Mestrado Acadêmico	Dissertações em programas de Mestrado Profissional	Teses	Total
Formação de professores/ Políticas de Formação de Professores para a Educação Profissional	0	0	1	1
Formação de Professores/ Iniciação à docência no PIBID	13	2	0	15
Total	13	2	1	16

**Fonte:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2014)

Quantitativamente, a partir dos dados expostos, podemos inferir que a produção científica nessa área está mais concentrada em programas de Mestrado e em bem menor quantidade em programas de doutorado. Outro dado interessante é a incidência dessa produção em programas de mestrado profissional o que diversifica um pouco um campo nesse nível.

Nesse caso, podemos dizer que o interesse em discutir esse tema é privilegiado principalmente nos programas *stricto sensu* em nível de mestrado e pouco aprofundados em teses doutorais o que abriria uma necessidade de trabalhos nesse nível, já que a contribuição desses é mais abrangente.

Mas, numa discussão como essa em que se busca mapear a produção do conhecimento na área da Educação Profissional com vistas às Políticas de Formação de Professores para essa

modalidade, bem como as relações entre o PIBID e a iniciação à docência, faz-se necessário mapear a incidência desses estudos em nosso país, buscando uma amostragem dessa produção por região geopolítica, tentando dar visibilidade a essa empreitada apresentamos o gráfico abaixo que nos serve de base para essa discussão.

**Gráfico 1** – Produções por Região

**Fonte:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2014)

Nesse momento da discussão em que nos voltamos para o alcance dos estudos acerca das Políticas Públicas de Formação de professores para a Educação Profissional no âmbito do nosso país, percebemos que elas se concentram basicamente no eixo Sul/Sudeste, tendo o primeiro 08 (oito) trabalhos e o segundo 06 (seis), o que demonstra que nessas regiões o interesse por essa discussão fomenta a produção científica. A região centro-oeste, possivelmente, por contiguidade, também já demonstra a importância dessa discussão e o início de pesquisas nessa área trazendo 02 (dois) trabalhos publicados.

Quando partimos para as regiões Norte e Nordeste percebemos que nelas ainda não há uma produção científica nessa área o que nos leva a pensar no pioneirismo e responsabilidade em defendê-la e a necessidade de uma produção consistente e relevante para o campo da Educação Profissional.

Mas é importante dizer que, a partir da pesquisa feita no Banco de Teses do Portal CAPES percebe-se que, para o tamanho do nosso país, a produção a área em questão precisa ser ampliada e alcançar todas as regiões do país para termos noção de seus desdobramentos em diferentes realidades.

É importante ponderar ainda que apenas 01 (um) dos trabalhos trata diretamente das Políticas de Formação de Professores para a Educação Profissional que é a Tese de Doutorado intitulada: “Políticas de Formação de Professores para a Educação Profissional e Tecnológica: cenários contemporâneos” de Maria Adélia da Costa, orientada por Robson Luís de França, vinculado à linha de Pesquisa Trabalho, Sociedade e Educação da Universidade federal de Uberlândia. Os demais trabalhos abordam a temática da iniciação à docência a partir do PIBID, mas não efetivam ou permeiam a discussão da relação entre essa iniciação e a Educação Profissional.

Isso nos leva a ponderar acerca da produção científica embrionária no tocante às Políticas de Formação de Professores para a Educação Profissional e nos leva a refletir sobre a necessidade de estudos específicos nessa área imaginando a importância que vem alcançando em nosso país que se efetiva até na corrida política quando as principais plataformas dos candidatos é o investimento nessa modalidade. É preciso que mais estudos efetivem-se para analisar como acontece a formação docente focada na Educação Profissional e que Políticas permeiam-na.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As discussões traçadas neste trabalho dialogam com as considerações feitas por vários estudiosos que se interessam pela modalidade da Educação profissional quando ponderam que essa área ainda é pouco explorada.

Mais ainda se nos voltamos para as Políticas de Formação de Professores para a Educação Profissional, pois pela pesquisa de produção científica nessa área percebemos que ela é ínfima tendo apenas 01 (um) trabalho que a sustenta com profundidade.

Essas observações nos levam a crer que é necessário que mais trabalhos científicos sejam produzidos com enfoque nessas políticas e que eles tem uma responsabilidade imensa no campo científico em questão, pois irão compor uma área carente na produção científica, mas muito

relevante na prática num momento em que o país valoriza essa modalidade entendendo-a como alavanca para o seu desenvolvimento.

É preciso que essas políticas estejam nas bases de interesse do nosso governo e que haja mais fomentos e políticas voltadas para essa finalidade e cada pesquisador da área de Educação que se interessar em traçar esse caminho deve se entender como um desbravador e sementeiro de novos caminhos, perspectivas e práticas da formação docente em um país em transformação e ávido por crescimento.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. CONGRESSO CONSTITUINTE. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – 1988.

\_\_\_\_\_. CONGRESSO CONSTITUINTE. LEI DE DIRETRIZES DE BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – Nº 9394 – 1996

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.094 de 24 abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromissos Todos pela educação, 2007b.

\_\_\_\_\_. Portaria Normativa da CAPES nº 122, de 16 de setembro de 2009. Cria o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Brasília, 2009b.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CEB Nº 04/99, Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE\\_CEB04\\_99.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE_CEB04_99.pdf)>. Acesso em: 15 de setembro de 2013.

CANAN, Sílvia Regina. **Política Nacional de Formação de professores: um estudo do PIBID enquanto política de promoção e valorização da formação docente**. In: Formação Docente: Revista brasileira sobre formação docente. Disponível em: <<http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2014.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Banco de teses**. Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/>>. Acesso em: 15 outubro. 2014.

CARVALHO, Rosângela Tenório. **Discursos pela interculturalidade no campo Curricular da Educação de Jovens e Adultos no Brasil nos anos 1990**. Recife: UPEP/UFPE:Edições Bagaço, 2004.

CIAVATTA, M.; TREIN, E. **A Transformação do Trabalho e a Formação Profissional na Sociedade da Incerteza**. In: 29ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e PósGraduação em Educação – Anped. Caxambu, MG, 2006.

COSTA, A. C. G da; VIEIRA, M. A. **Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática**. São Paulo: FTD, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATA, Maria. **Educação Básica no Brasil na Década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. Educação & Sociedade**, Campinas,

vol.24, n.82, p.93-130, abril 2003. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 09 de março de 2013.

FRIGOTTO, G. CIAVATTA, M. RAMOS, M. (org). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

GIROUX, H. **Pedagogia Radical: subsídios**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GUIMARÃES, E. R. **POLÍTICA PARA O ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL GT – 05: Estado e Política Educacional**. 2001. Disponível em: <[www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt05/GT05-1331--Int.rtf](http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt05/GT05-1331--Int.rtf)>. Acesso em: 10 de outubro de 2013.

GOODSON, Ivor F. **currículo: teoria e história**. 7ª Ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2005.

GOMES DA COSTA, Antonio Carlos. **Tempo de servir: o protagonismo juvenil passo a passo; um guia para o educador**. Belo Horizonte: Editora Universidade, 2001.

GIMENO SACRISTÁN J.: **Aproximação ao conceito de currículo**. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: ArtMed, 1998. Cap. 1, p. 13-87.

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO IFRN**. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2014.

REPÚBLICA, Presidência da, **DECRETO Nº 7.219, DE 24 DE JUNHO DE 2010**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/Decreto/D7219.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7219.htm)>. Acesso em: 17 outubro. 2014.

REPÚBLICA, Presidência da. **DECRETO Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm)>. Acesso em: 17 outubro. 2014.

Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **RESOLUÇÃO Nº 2, DE 30 DE JANEIRO 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF: 30 de janeiro de 2012.

Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB Nº 04/99**, Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF: abril 1999.

MULLER, Pierre & SUREL, Yves. **A Análise das Políticas Públicas**. Tradução: Agemir Bavaresco, Alceu R. Ferraro. Pelotas: Educat, 2002.

PARASKEVA, João M. **Currículo: necessidade ou não de uma definição**. Seminário Teoria Curricular. Pelotas: FaE-UFPEL, 2005.

PINCH, T. F.; BIJKER, W. E. **The social construction of facts e artifacts:** or how the Sociology of Science and the Sociology of Technology might benefit each other. In: PUCCI, B. (org). **Teoria crítica e educação: a questão da formação cultural na Escola de Frankfurt.** Petrópolis, RJ: Vozes; São Carlos, SP: EDUFISCAR, 1997. 2ª Edição.

SACRISTAN, J. Gimeno. **Poderes instáveis em educação.** Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SANTOS, E. H. Metodologia para a construção de uma política de formação inicial e continuada de profissionais da educação profissional e tecnológica. Brasília: MEC, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como fetiche:** a poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: autêntica, 1999.

RIOS, Terezinha de Azevedo. **Ética e competência.** São Paulo: Cortez, 2005.

TARDIFFE, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 4ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.